

Demonstrações Financeiras 2015

ASSOCIAÇÃO MENINOS DE OIRO

Balanço

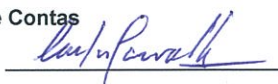
(valores expressos em euros)

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|---|-------|------------|------------|
| | | 2015 | 2014 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 4 285,65 | 4 910,97 |
| Investimentos financeiros | 11 | 195,50 | 65,94 |
| | | 4 481,15 | 4 976,91 |
| Ativo corrente | | | |
| Estado e outros entes públicos | 10,13 | 0,00 | |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros | | 1 275,47 | 975,47 |
| Outras contas a receber | 11,13 | 440,05 | 511,83 |
| Diferimentos | 13 | 290,94 | 290,94 |
| Caixa e depósitos bancários | | 28 125,60 | 5 303,41 |
| | | 30 132,06 | 7 081,65 |
| TOTAL DO ACTIVO | | 34 613,21 | 12 058,56 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| FUNDOS PATRIMONIAIS | | | |
| Fundos | | 1 907,91 | 1 907,91 |
| Resultados transitados | | -24 486,70 | -27 984,80 |
| | | -22 578,79 | -26 076,89 |
| Resultado líquido do período | | 25 439,09 | 3 498,10 |
| Total dos Fundos patrimoniais | | 2 860,30 | -22 578,79 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 11 | 1 138,15 | 1 359,28 |
| Estado e outros entes públicos | 10,13 | 3 597,06 | 2 295,08 |
| Financiamentos obtidos | 11 | 2 380,83 | 5 914,17 |
| Outras contas a pagar | 11,13 | 24 636,87 | 25 068,82 |
| | | 31 752,91 | 34 637,35 |
| Total do Passivo | | 31 752,91 | 34 637,35 |
| Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo | | 34 613,21 | 12 058,56 |

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Carvalho

(TOC n.º 78594)



A Direcção

Maria do Céu Guitart

Conceição Canteiro Martins

Maria da Conceição Marques

Maria do Mar Guitart Ferrão

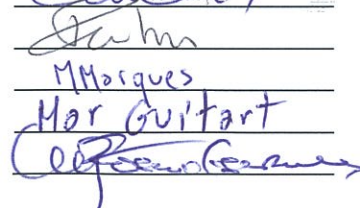
Rosário Escravana Castanha

ASSOCIAÇÃO MENINOS DE OIRO

Associação Particular de Solidariedade Social

Cont. N.º 506 414 035

A Direcção - 7



Demonstração de Resultados por Naturezas

(valores expressos em euros)

| RENDIMENTOS E GASTOS | | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|-----|-------|------------|------------|
| | | | 2015 | 2014 |
| Vendas e serviços prestados | + | 8 | 544,00 | |
| Subsídios, doações e legados à exploração | + | 9 | 133 518,68 | 115 950,43 |
| Variação nos inventários da produção | +/- | -- | | |
| Trabalhos para a própria entidade | + | 5,-- | | |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | - | -- | | |
| Fornecimentos e serviços externos | - | | -21 017,91 | -24 944,08 |
| Gastos com pessoal | - | 12 | -85 799,92 | -83 992,29 |
| Ajustamentos de inventários (perdas/reversões) | -/+ | | | |
| Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões) | -/+ | | | |
| Provisões (aumentos/reduções) | -/+ | | | |
| Provisões específicas (aumentos/reduções) | -/+ | | | |
| Outras imparidades (perdas/reversões) | -/+ | | | |
| Aumentos/Reduções de justo valor | +/- | | | |
| Outros rendimentos e ganhos | + | 8,-- | 4,89 | 122,82 |
| Outros gastos e perdas | - | -- | -615,56 | -1 050,89 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | = | | 26 634,18 | 6 085,99 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | -/+ | 5,-- | -625,32 | -1 448,27 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | = | | 26 008,86 | 4 637,72 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | + | 8 | | |
| Juros e gastos similares suportados | - | 7 | -305,28 | -602,90 |
| Resultado antes de impostos | = | | 25 703,58 | 4 034,82 |
| Imposto sobre rendimento do período | -/+ | 10 | -264,49 | -536,72 |
| Resultado líquido do período | = | | 25 439,09 | 3 498,10 |

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Carvalho

(TOC n.º 78594)



A Direcção


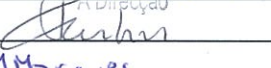
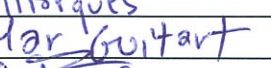


Maria do Céu Guitart

Conceição Canteiro Martins

Maria da Conceição Marques

Maria do Mar Guitart Ferrão

Rosário Escravana Castanha

CAO MENINOS DE OIRO
 Associação de Solidariedade Social
 Cont. N.º 506 414 036
 A Direcção






Demonstração de Fluxos de Caixa

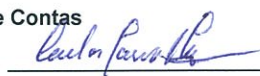
(valores expressos em euros)

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 2015 | 2014 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | + | | |
| Pagamentos a fornecedores | - | -30 674,29 | -36 528,84 |
| Pagamentos ao pessoal | - | -79 955,42 | -80 866,10 |
| Caixa gerada pelas operações | +/- | -110 629,71 | -117 394,94 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | -/+ | | |
| Outros recebimentos/pagamentos | +/- | 136 373,92 | 122 376,08 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | (1) | 25 744,21 | 4 981,14 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | - | 0,00 | -4 356,08 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | + | | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | (2) | 0,00 | -4 356,08 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | + | | |
| Realização de fundos | + | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | - | -2 817,66 | -4 126,30 |
| Juros e gastos similares | - | -104,36 | -129,38 |
| Reduções de fundos | - | | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | (3) | -2 922,02 | -4 255,68 |
| Variação de caixa e seus equivalentes | (1)+(2)+(3) | 22 822,19 | -3 630,62 |
| Efeito das diferenças de câmbio | +/- | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | +/- | 5 303,41 | 8 934,03 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | +/- | 28 125,60 | 5 303,41 |

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Carvalho

(TOC n.º 78594)



A Direção

Maria do Céu Guitart

Conceição Canteiro Martins

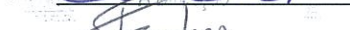
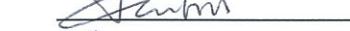
Maria da Conceição Marques

Maria do Mar Guitart Ferrão

Rosário Escravana Castanha

ASSOCIAÇÃO MENINOS DE OIRO
Instituição Particular de Solidariedade Social

Cont. N.º 508 414 088



Anexo

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

| | |
|------------------------------|---|
| Designação: | ASSOCIAÇÃO MENINOS DE OIRO |
| Sede: | R. da Juventude Azeitonense, 145 – 2925-588 AZEITÃO – SETÚBAL |
| Actividade principal: | Defesa dos direitos das crianças de Azeitão e Setúbal |
| CAE (Rev. 3): | 88990 – Outras actividades de apoio social sem alojamento |

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com a norma do **Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, o qual é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-A/2011, de 14 de Março, que aprova a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março, que aprova os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Sector não Lucrativo;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março, que aprova o Código de Contas específico para as Entidades do Sector não Lucrativo (CC-ESNL).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de reconhecimento ou de relato financeiro de transacções ou outros acontecimentos, ou a lacuna em causa seja de tal forma relevante que o seu não preenchimento impeça que a informação prestada traduza, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira ou o desempenho da entidade, tendo tão-somente em vista o preenchimento dessa lacuna, esta deve recorrer supletivamente, e pela ordem indicada, às seguintes normas:

- Às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho;

- Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) adoptadas pelo Regulamento 1602/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e
- Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas interpretações (SIC/IFRIC).

O conjunto de normativos que integram o SNC-ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2012 para a elaboração das demonstrações financeiras, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras do Sistema de Normalização para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL):

- Pressuposto da **continuidade** das operações da entidade;
- **Regime do acréscimo**, segundo o qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais quando satisfazem os respectivos critérios de reconhecimento, e os rendimentos e gastos são reconhecidos quando são gerados ou incorridos independentemente do momento do recebimento ou pagamento;
- **Consistência** de apresentação, uma vez que os critérios de apresentação e de classificação dos itens das demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro;
- A **Relevância** da informação é afectada pela sua **Materialidade**, pelo que apenas é apresentada ou desagregada a informação financeira que, pelo nível de materialidade, se torna determinante na leitura das demonstrações financeiras, podendo influenciar a tomada de decisão;
- Os activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, foram relatados separadamente nos respectivos itens do balanço e da demonstração de resultados, não se tendo verificado **compensação** de activos com passivos nem de rendimentos com gastos;
- Sempre que ocorrem alterações na apresentação das demonstrações financeiras ou correcções nos respectivos itens, decorrentes de alterações de políticas contabilísticas ou da detecção de erros, as quantias comparativas apresentadas nas demonstrações financeiras são reexpressas, a menos que tal seja impraticável, de forma a assegurar a **comparabilidade** entre os períodos de relato apresentados;

2.2. DISPOSIÇÕES DO SNC-ESNL EXCEPCIONALMENTE DERROGADAS E RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Entidade.

2.3. CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro do corrente ano são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período homólogo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras do Sistema de Normalização para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL) e com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

3.1.1. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os **activos fixos tangíveis** encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, pelo método da linha recta, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os custos com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil dos activos são registados como gastos no período em que ocorrem. Caso tais custos proporcionem benefícios económicos futuros adicionais são incluídos na quantia escriturada do activo.

Os **activos fixos tangíveis em curso** representam os activos ainda em fase de construção, encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção. Este activos passam a ser depreciados a partir do momento em que estejam reunidas as condições necessárias ao seu funcionamento/utilização.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros ganhos e perdas", respectivamente.

3.1.2. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os **activos intangíveis** encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. Apenas os activos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, pelo método da linha recta, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os activos com vidas úteis indefinidas não se amortizam. A empresa revê anualmente a vida útil destes activos com o objectivo de verificar se as circunstâncias que levaram a considerar a vida útil do activo como indefinida se mantêm. Caso tais circunstâncias se tenham alterado, a vida útil do activo deverá ser reavaliada e reconhecida prospectivamente como uma alteração numa estimativa contabilística.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios da fase de desenvolvimento apenas são capitalizados caso a empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate dos activos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros ganhos e perdas", respectivamente.

3.1.3. LOCAÇÕES

A classificação das **locações** como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância económica dos contratos subjacentes.

Nas **locações financeiras** o valor dos bens é registado no balanço como activo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos". Os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do activo são registados como gastos na demonstração de resultados no período a que respeitam.

Nas **locações operacionais**, os pagamentos mínimos são considerados como gasto na demonstração de resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

3.1.4. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

Os custos de juros e outros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos em resultados, como gasto do período em que são incorridos, de acordo com o regime do acréscimo.

3.1.5. INVENTÁRIOS

Os inventários de **mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo** encontram-se valorizados pelo custo de aquisição.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo dos inventários, reconhecem-se perdas por imparidade. Sempre que existam indícios de que perdas por imparidade registadas em períodos anteriores já não se justificam ou diminuíram, procede-se à respectiva reversão.

Os gastos relativos a inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A empresa utiliza o regime de inventário periódico ou intermitente e o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

3.1.6. RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da actividade ordinária da empresa, é reconhecido pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, líquido de impostos e descontos.

O rédito proveniente das **vendas** é reconhecido quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros, associados à transacção, fluam para a entidade; e
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito das **prestações de serviços** é reconhecido com referência à percentagem de acabamento, salvo se se tratarem de prestações de serviços continuadas, caso em que o valor do rédito é reconhecido numa base linear.

O rédito de **juros** é reconhecido utilizando o método do juro efectivo.

3.1.7. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado, para a resolução dessa obrigação seja provável uma saída de recursos da empresa e montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustada por forma a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

3.1.8. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

3.1.9. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

As transacções em moeda estrangeira são registadas em euros, utilizando as taxas de câmbio à data da transacção. Aquando da sua liquidação, ou à data do balanço se tal não ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as respectivas diferenças de câmbio reconhecidas em resultados.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente os inventários, activos fixos tangíveis e intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transacção e os mensurados pelo justo valor à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio relativas a actividades de financiamento são reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos ou juros e gastos similares suportados.

3.1.10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no método do imposto a pagar, e reconhecido como gasto do período a que respeita.

Os impostos que não se encontrarem pagos, quer relativos ao período corrente quer a períodos anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no activo na medida do excesso.

3.1.11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As **dívidas de terceiros** são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões decorrentes da cessação total ou parcial do risco são reconhecidas como rendimentos e as utilizações para cobertura da perda efectiva do crédito são deduzidas directamente nas contas correntes.

As **dívidas de fornecedores** ou a outros terceiros que não vençam juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os **empréstimos** são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente consoante o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os montantes incluídos na rubrica de **caixa e depósitos bancários** correspondem aos valores que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Sendo o seu vencimento inferior a 12 meses são reconhecidos no activo corrente, caso contrário, ou existindo limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são considerados como activo não corrente.

Os **instrumentos financeiros** encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos de quaisquer perdas de imparidade, as quais são registadas como gastos no período em que se demonstrem existir.

Os rendimentos obtidos desses investimentos financeiros são reconhecidos no período a que respeitam, no caso dos juros, ou no período em que é anunciada a sua distribuição, no caso dos dividendos.

3.1.12. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os **benefícios de curto prazo dos empregados** incluem salários, ordenados, complementos de trabalho por turno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade ou assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pela gerência, bem como as respectivas contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e gratificações.

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ainda benefícios não monetários, tais como cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados relativos aos empregados.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os **benefícios decorrentes da cessação de emprego**, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não aplicável

4. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1. ALTERAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas têm vindo a ser adoptadas pela entidade de forma consistente, não se tendo verificado qualquer alteração com impacto nas demonstrações financeiras. Assim, os comparativos apresentados, quer na face das demonstrações financeiras, quer nas divulgações efectuadas no presente anexo, respeitam a característica da comparabilidade.

4.2. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não foram efectuadas alterações nas estimativas contabilísticas.

4.3. ERROS MATERIAIS

Não foram detectados quaisquer erros relativamente a períodos anteriores, pelo que os comparativos apresentados, quer na face das demonstrações financeiras, quer nas divulgações efectuadas no presente anexo, respeitam a característica da comparabilidade.

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os **activos fixos tangíveis** encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Existem ainda bens do activo fixo tangível atribuídos a título gratuito à entidade, caso em que os bens são mensurados ao justo valor.

As depreciações foram efectuadas de acordo com o método da linha recta, em sistema de duodécimos. De acordo com este método a depreciação é constante ao longo da vida útil do activo, se o seu valor residual não se alterar.

5.1. VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO

As depreciações são calculadas tendo em consideração as vidas úteis dos activos, sendo estas determinadas de acordo com a expectativa de afectação do desempenho:

| Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis | Vidas úteis | Taxas de depreciação | Métodos de depreciação |
|--|-------------|----------------------|------------------------|
| Edifícios | 10 | 10% | Linha recta |
| Equipamento básico | 4 a 8 anos | 12,5% - 16,67% | Linha recta |
| Equipamento de transporte | 5 | 20% | Linha recta |
| Equipamento administrativo | 3 a 6 anos | 16,67% - 33,33% | Linha recta |
| Outros | 6 | 16,67% | Linha recta |

5.2. QUANTIA ESCRITURADA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA NO INÍCIO E NO FIM DO PERÍODO

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

| Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis | | 2014 | | | | | Totais |
|---|---|-------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|----------|-----------|
| | | Outros ativos fixos tangíveis | | | | | |
| | | Edifícios | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros | |
| Quantias brutas escrituradas | | | 3 443,65 | 6 040,00 | 9 502,43 | 3 075,00 | 22 061,08 |
| Depreciações acumuladas | | | 3 298,49 | 6 040,00 | 9 338,08 | 2 561,50 | 21 238,07 |
| Quantias líquidas escrituradas | | 0,00 | 145,16 | 0,00 | 164,35 | 513,50 | 823,01 |
| Adições | Aquisições | 4 163,28 | 1 073,95 | | 299,00 | | 5 536,23 |
| | Estimativa de custos de desmantelamento e remoção | | | | | | 0,00 |
| | Trabalhos para a própria entidade | | | | | | 0,00 |
| | Outras | | | | | | 0,00 |
| Revalorizações | Acréscimos por revalorização | | | | | | 0,00 |
| | Decréscimos por revalorização | | | | | | 0,00 |
| Transferências | De ativos intangíveis em curso | | | | | | 0,00 |
| | Outras | | | | | | 0,00 |
| Diminuições | Alienações | | | | | | 0,00 |
| | Abates | | | | | | 0,00 |
| | Outras | | | | | | 0,00 |
| Depreciações | Aumentos de depreciações | 416,33 | 279,34 | 0,00 | 239,10 | 513,50 | 1 448,27 |
| | Reversões de depreciações | | | | | | 0,00 |
| Quantias brutas escrituradas | | 4 163,28 | 4 517,60 | 6 040,00 | 9 801,43 | 3 075,00 | 27 597,31 |
| Depreciações acumuladas | | 416,33 | 3 577,83 | 6 040,00 | 9 577,18 | 3 075,00 | 22 686,34 |
| Perdas por imparidade acumuladas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Quantias líquidas escrituradas | | 3 746,95 | 939,77 | 0,00 | 224,25 | 0,00 | 4 910,97 |

(valores expressos em euros)

| Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis | | 2015 | | | | | Totais |
|---|---|-------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|----------|-----------|
| | | Outros ativos fixos tangíveis | | | | | |
| | | Edifícios | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros | |
| Adições | Aquisições | | | | | | 0,00 |
| | Estimativa de custos de desmantelamento e remoção | | | | | | 0,00 |
| | Trabalhos para a própria entidade | | | | | | 0,00 |
| | Outras | | | | | | 0,00 |
| Transferências | De ativos intangíveis em curso | | | | | | 0,00 |
| | Outras | | | | | | 0,00 |
| Diminuições | Alienações | | | | | | 0,00 |
| | Abates | | | | | | 0,00 |
| | Outras | | | | | | 0,00 |
| Depreciações | Aumentos de depreciações | 416,33 | 134,24 | 0,00 | 74,75 | 0,00 | 625,32 |
| | Reversões de depreciações | | | | | | 0,00 |
| Quantias brutas escrituradas | | 4 163,28 | 4 517,60 | 6 040,00 | 9 801,43 | 3 075,00 | 27 597,31 |
| Depreciações acumuladas | | 832,66 | 3 712,07 | 6 040,00 | 9 651,93 | 3 075,00 | 23 311,66 |
| Perdas por imparidade acumuladas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Quantias líquidas escrituradas | | 3 330,62 | 805,53 | 0,00 | 149,50 | 0,00 | 4 285,65 |

6. LOCAÇÕES

6.1. DESCRIÇÃO DOS ACORDOS DE LOCAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

| Locação financeira | 2015 | | | 2014 | | |
|--------------------------------|---------------|-------------------------|-----------------|---------------|-------------------------|-----------------|
| | Quantia bruta | Depreciações acumuladas | Quantia líquida | Quantia bruta | Depreciações acumuladas | Quantia líquida |
| Equipamento básico | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Equipamento de transporte | 6 040,00 | 6 040,00 | 0,00 | 6 040,00 | 6 040,00 | 0,00 |
| Equipamento administrativo | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Equipamentos biológicos | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Outros activos fixos tangíveis | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAIS | 6 040,00 | 6 040,00 | 0,00 | 6 040,00 | 6 040,00 | 0,00 |

6.2. DESCRIÇÃO DOS ACORDOS DE LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição dos acordos de locação financeira significativos em vigor à data do balanço, e respectiva quantia escriturada líquida relativa a bens financiados, para cada categoria de activos:

(valores expressos em euros)

| Locações financeiras | | Caracterização do contrato | | | | | | 2015 | | 2014 | |
|-------------------------|-----------------------|----------------------------|-------------------|------------------|----------|---|---------------------|--------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| | | Contrato n.º | Entidade locadora | Prazo da locação | | Cláusulas de renovação, opção de compra ou de escalonamento | Restrições impostas | Quantias escrituradas líquidas | Rendas contingentes a pagar | Quantias escrituradas líquidas | Rendas contingentes a pagar |
| | | | | Começo | Fim | | | | | | |
| Activos fixos tangíveis | Renault Clio 72-38-UP | 2009/001101/01 | Banco Santander | 12-02-09 | 12-01-15 | Não aplicável | Não aplicável | 0,00 | Não disponível | 0,00 | Não disponível |
| | | | | | | | | | | | |
| Totais | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

7. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

7.1. POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA

Os **custos de empréstimos obtidos** são reconhecidos em resultados, como gasto no período em que são incorridos.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de activos que se qualifiquem são capitalizados no custo desse mesmo activo.

8. RÉDITO

8.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

Os réditos são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os seguintes critérios:

- **Vendas** – A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos e todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- **Prestações de serviços** – são reconhecidos com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- **Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo

8.2. RÉDITO RECONHECIDO NO PERÍODO

(valores expressos em euros)

| Quantias dos réditos reconhecidas no período | 2015 | | | 2014 | | |
|--|---------------------------------|---|---|---------------------------------|---|---|
| | Réditos reconhecidos no período | Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período | Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior | Réditos reconhecidos no período | Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período | Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior |
| Venda de bens | | | | | | |
| Prestação de serviços | 544,00 | 99,57% | | | | |
| Juros | 2,35 | 0,43% | -52,81% | 4,98 | 100,00% | -59,45% |
| Royalties | | | | | | |
| Dividendos | | | | | | |
| Totais | 546,35 | 100% | 10870,88% | 4,98 | 100% | -99,76% |

9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

9.1. POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA

Os subsídios do governo têm um tratamento diferenciado consoante sejam reembolsáveis ou não reembolsáveis.

Os **subsídios reembolsáveis** têm um tratamento contabilísticos semelhante ao de um empréstimo, pelo que são inicialmente reconhecidos no passivo, o qual vai sendo reduzido na medida dos reembolsos.

Os subsídios não reembolsáveis, deverão ser reconhecidos em resultados como rendimento, sendo o momento forma de reconhecimento distinto consoante seja subsídios relacionados com activos ou com rendimentos.

Os **subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis ou intangíveis** são reconhecidos inicialmente em fundos patrimoniais e subsequentemente levados a resultados, reconhecidos como rendimentos na proporção das depreciações e amortizações dos activos subsidiados.

Os **subsídios não reembolsáveis relacionados com rendimentos**, são reconhecidos em resultados como rendimentos, caso se destinem a compensar gastos ou perdas reconhecidos no mesmo período. Caso estejam relacionados com gastos futuros, são inicialmente reconhecidos no passivo e subsequentemente reconhecidos em resultados como proveitos na proporção dos gastos que pretendem compensar.

9.1. SUBSÍDIOS OBTIDOS

(valores expressos em euros)

| Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço | | | 2015 | | | | | 2014 | | | | |
|---|--|---|--|--|---|-------------------------|--|--|--|---|-------------------------|--|
| | | | Demonstração dos resultados | | Balanço | | | Demonstração dos resultados | | Balanço | | |
| | | | Reconhecidas como subsídios à exploração | Imputadas em outros rendimentos e ganhos | Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais) | Reconhecidas no passivo | | Reconhecidas como subsídios à exploração | Imputadas em outros rendimentos e ganhos | Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais) | Reconhecidas no passivo | |
| Não reembolsáveis | Subsídios relacionados com rendimentos | Segurança Social - Apoio à Criança | 93 816,31 | | | | | 93 999,32 | | | | |
| | | Entidades privadas - Consignação de IRS | 4 862,22 | | | | | 4 528,38 | | | | |
| | | Entidades privadas - Outras | 39 207,12 | | | | | 38 972,19 | | | | |
| | | | 137 885,65 | | | | | 137 499,89 | | | | |
| | | Totais | 137 885,65 | | | | | 137 499,89 | | | | |

9.2. PRINCIPAIS DOADORES/FONTES DE FUNDOS

(valores expressos em euros)

| Fontes de fundos | | 2015 | | | 2014 | | |
|------------------|-----------------------------|--------------------------------|---|------------|--------------------------------|---|------------|
| | | Quantias atribuídas no período | Quantias atribuídas acumuladas até ao período | Total | Quantias atribuídas no período | Quantias atribuídas acumuladas até ao período | Total |
| Doadores | Segurança Social | 93 816,31 | n.d. | 93 816,31 | 93 999,32 | n.d. | 93 999,32 |
| | Entidades privadas diversas | 44 069,34 | n.d. | 44 069,34 | 43 500,57 | n.d. | 43 500,57 |
| | | 137 885,65 | | 137 885,65 | 137 499,89 | | 137 499,89 |
| Totais | | 137 885,65 | | 137 885,65 | 137 499,89 | | 137 499,89 |

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração de Resultados têm a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

| Impostos sobre o rendimento | 2015 | 2014 |
|---|--------|--------|
| Gasto (rendimento) por impostos correntes | 264,49 | 536,72 |
| Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores | | |
| Gasto (rendimento) de imposto reconhecido diretamente em fundos patrimoniais | | |
| Totais | 264,49 | 536,72 |

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As **dívidas de terceiros** são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões decorrentes da cessação total ou parcial do risco são reconhecidas como rendimentos e as utilizações para cobertura da perda efectiva do crédito são deduzidas directamente nas contas correntes.

As **dívidas de fornecedores** ou a outros terceiros que não vençam juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os **empréstimos** são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente consoante o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os montantes incluídos na rubrica de **caixa e depósitos bancários** correspondem aos valores que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Sendo o seu vencimento inferior a 12 meses são reconhecidos no activo corrente, caso contrário, ou existindo limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são considerados como activo não corrente.

11.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

(valores expressos em euros)

| Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade | | 2015 | | | 2014 | | |
|---|---|-----------------|----------------------------------|-------------------|-----------------|----------------------------------|-------------------|
| | | Quantias brutas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantias líquidas | Quantias brutas | Perdas por imparidade acumuladas | Quantias líquidas |
| Ativos financeiros | Cientes e utentes | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| | Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros | 1 275,47 | | 1 275,47 | 975,47 | | 975,47 |
| | Outras contas a receber | 440,05 | | 440,05 | 511,83 | | 511,83 |
| | Caixa e depósitos bancários | 28 125,60 | | 28 125,60 | 5 303,41 | | 5 303,41 |
| | | 29 841,12 | 0,00 | 29 841,12 | 6 790,71 | 0,00 | 6 790,71 |
| Passivos financeiros | Fornecedores | 1 138,15 | | 1 138,15 | 1 359,28 | | 1 359,28 |
| | Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| | Financiamentos obtidos | 2 380,83 | | 2 380,83 | 5 914,17 | | 5 914,17 |
| | Outras contas a pagar | 24 636,87 | | 24 636,87 | 25 068,82 | | 25 068,82 |
| | | 28 155,85 | 0,00 | 28 155,85 | 32 342,27 | 0,00 | 32 342,27 |

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os **benefícios de curto prazo dos empregados** incluem salários, ordenados, complementos de trabalho por turno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade ou assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pela gerência, bem como as respectivas contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e gratificações.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os **benefícios decorrentes da cessação de emprego**, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

12.1. NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES

(valores expressos em euros)

| Colaboradores durante o período | 2015 | | 2014 | |
|---------------------------------|---|--|---|--|
| | Número de colaboradores no final do período | Média de colaboradores durante o período | Número de colaboradores no final do período | Média de colaboradores durante o período |
| Membros dos órgãos diretivos | | | | |
| Empregados | 7 | 7 | 7 | 7 |
| Cooperantes | | | | |
| Voluntários | | | | |

12.2. REMUNERAÇÕES DO ÓRGÃOS DIRECTIVOS

Os membros dos Órgãos Sociais exercem as suas funções sem qualquer remuneração.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No final do período corrente, a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

| Estado e outros entes públicos | 2015 | | | 2014 | | |
|---|----------|--------------|----------|----------|--------------|----------|
| | Corrente | Não corrente | Total | Corrente | Não corrente | Total |
| Activo | | | | | | |
| Imposto sobre o rendimento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Retenção de impostos sobre o rendimento | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Contribuições p/ Segurança Social | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Outros tributos | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo | | | | | | |
| Imposto sobre o rendimento | 799,38 | | 799,38 | 535,47 | | 535,47 |
| Retenção de impostos sobre o rendimento | 774,85 | | 774,85 | 463,85 | | 463,85 |
| Contribuições p/ Segurança Social | 2 017,78 | | 2 017,78 | 1 290,31 | | 1 290,31 |
| Outros tributos | 5,05 | | 5,05 | 5,45 | | 5,45 |
| TOTAIS | 3 597,06 | 0,00 | 3 597,06 | 2 295,08 | 0,00 | 2 295,08 |

13.2. DIFERIMENTOS

No final do período corrente, a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

| Diferimentos | 2015 | | | 2014 | | |
|---------------------------------|----------|--------------|--------|----------|--------------|--------|
| | Corrente | Não corrente | Total | Corrente | Não corrente | Total |
| Gastos a reconhecer | | | | | | |
| Rendas | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Seguros | 290,94 | | 290,94 | 290,94 | | 290,94 |
| TOTAIS | 290,94 | 0,00 | 290,94 | 290,94 | 0,00 | 290,94 |
| Rendimentos a reconhecer | | | | | | |
| Subsídios (exploração) | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

13.3. DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS

No final do período corrente, a rubrica "Devedores e Credores por Acréscimos" apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

| Devedores e Credores por Acréscimos | 2015 | | | 2014 | | |
|---|-----------|--------------|-----------|-----------|--------------|-----------|
| | Corrente | Não corrente | Total | Corrente | Não corrente | Total |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | | | | | | |
| Outros acréscimos de rendimentos | | | 0,00 | | | 0,00 |
| TOTAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Credores por acréscimos de gastos | | | 0,00 | | | 0,00 |
| Remunerações a liquidar | 12 792,20 | | 12 792,20 | 12 206,25 | | 12 206,25 |
| Outros acréscimos de gastos | | 12 554,95 | 12 554,95 | | 12 554,95 | 12 554,95 |
| TOTAIS | 12 792,20 | 12 554,95 | 25 347,15 | 12 206,25 | 12 554,95 | 24 761,20 |

13.4. MOVIMENTOS EM FUNDOS PATRIMONIAIS

(valores expressos em euros)


| Movimentos em Fundos Patrimoniais | Saldo inicial | Diminuições | Aumentos | Saldo final |
|-----------------------------------|---------------|-------------|-----------|-------------|
| Fundos | 1 907,91 | | | 1 907,91 |
| Excedentes técnicos | 0,00 | | | 0,00 |
| Resultados transitados | -27 984,80 | | 3 498,10 | -24 486,70 |
| Resultado líquido do período | 3 498,10 | 3 498,10 | 25 439,09 | 25 439,09 |
| TOTAIS | -22 578,79 | 3 498,10 | 28 937,19 | 2 860,30 |

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Carvalho
(TOC n.º 78594)


A Direcção

Maria do Céu Guitart
Conceição Canteiro Martins
Maria da Conceição Marques
Maria do Mar Guitart Ferrão
Rosário Escravana Castanha

ASSOCIAÇÃO MENINOS DE OIRO
Instituição Particular de Solidariedade Social
Cont. N.º 506 414 036
1.ª Secção

MMarques
Mar Guitart
Cl. Escravana